

FORUM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO

Maputo, 22 de FEVEREIRO, 2022 Número 72

Português

FORMAÇÃO DE OCB DE INHAMBANE

Formação em práticas de monitoria da governação e de serviços públicos desperta interesse dos cidadãos nas acções do Governo

A cidade de Inhambane acolheu no dia 02 de Fevereiro de 2022 uma formação em práticas e ferramentas de monitoria da governação e de serviços públicos, dirigida a activistas da província que fazem parte de organizações comunitárias de base (OCB), associações e organizações da sociedade civil (OSC).



FORUM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO



A formação foi promovida pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), com o apoio da União Europeia, como parte do projecto de Monitoria da Gestão das Finanças Públicas (GFP) no âmbito da implementação do Plano de Resposta à COVID-19 em Moçambique.

O objectivo do projecto é contribuir para a melhoria do conhecimento da resposta à COVID-19 implementada pelo Governo de Moçambique em todas as suas componentes ao nível central e local, de modo a gerar práticas de transparência e boa governação na gestão eficaz e eficiente dos recursos alocados para atender às necessidades provocadas pela pandemia, contribuindo assim para uma participação informada do cidadão.

Em Moçambique, a gestão das finanças públicas e o seu respectivo sistema de monitoria e avaliação são frágeis e deficitários. Essas fragilidades podem conduzir a vários desvios, desde a definição de prioridades para alocação e aplicação de recursos aos sectores de actividade até à gestão da dívida pública.

A boa gestão das finanças públicas é crucial

para garantir a eficácia do Estado em relação à transparência, boa governação e prestação de serviços de qualidade para a prossecução dos seus objectivos de crescimento e desenvolvimento económico.

Neste contexto, cresce o reconhecimento da importância de capacitar o lado da demanda pelos serviços públicos, garantido que os usuários dos mesmos estejam melhor informados sobre os seus direitos e possam assumir uma postura de monitoramento da oferta dos serviços públicos e das políticas, estratégias e procedimentos adoptados pelo Governo.

Durante as notas de abertura da formação, o representante da União Europeia, Abel Piqueiras, destacou a importância de uma cultura de busca pelas informações do interesse das comunidades para que, conjuntamente, possa analisar, reflectir e agir em prol da justiça social, crescimento e desenvolvimento económico.

O envolvimento dos cidadãos no debate público sobre o ciclo orçamental e prestação de serviços públicos para melhorar o acesso, qualidade e equidade, deu lugar a reacções que revelam a existência de um sentimento de revolta



das comunidades devido a várias injustiças.

A má gestão das receitas públicas e a corrupção resultam no desvio de recursos alocados para serviços vitais a população, como a educação, saúde, segurança, protecção social, assistência alimentar e/ou financeira, e inviabilizam a criação de projectos de investimentos produtivos.

Do contracto social existente entre o Estado e a sociedade moçambicana, nota-se claramente o incumprimento de um dos objectivos primordiais da existência do Estado, nomeadamente a salvaguarda dos interesses da colectividade. Devido à ineficácia na monitoria da governação e de serviços públicos, abre-se espaço para a fraca prestação de contas e altos níveis de captura de recursos pelas elites.

Esta tem sido também a percepção das OCB que operam na província de Inhambane que, no âmbito da realização da sua agenda de advoca-

cia, apontam as instituições públicas como uma das principais barreiras para o acesso a informações sobre as contas públicas. “Infelizmente há uma má percepção do Governo que olha para a sociedade civil como pessoas que vêm dificultar as suas actividades”, diz Eduardo Lichucha, activista da Associação UTOMI.

O activista social Abelardo Guambe fez notar que a falta de sentido de pertença dos moçambicanos é também um dos factores que potencializa a delapidação do erário público, por isso defendeu ser necessária a criação de mais iniciativas de capacitação das comunidades para que haja maior interesse em relação à administração pública.

A colecta de evidências do desempenho governamental, a promoção de diálogos construtivos entre a comunidade e os provedores de serviços de modo a dar a conhecer as suas principais preocupações, scorecards da comu-



nidade¹, criação de sinergias entre as OSC, pesquisas, boletins do cidadão², auditorias sociais e inquéritos têm sido as principais práticas e ferramentas que conduzem a um processo eficaz de monitoria.

Entretanto, as OCB alegaram que os dados fornecidos ou anunciados pelas entidades públicas não revelam a real situação vivida nas comunidades, havendo sempre uma subestimação dos problemas. “Fizemos uma pesquisa sobre a distribuição do livro escolar e percebemos que, na verdade, o livro não chega em todas as zonas rurais. Mas quando perguntamos ao Governo, a resposta é que o livro chegava para todos” disse Armindo Vilanculos.

Juma Mário, membro do Movimento pela Cidadania, disse que “o Governo afirmou que construiu, no bairro Chamane, seis (6) escolas”. Mas Juma Mário, que é residente no bairro Chamane, diz que nunca viu tais infra-estruturas.

É certo que para fazer a monitoria da governa-

ção e/ou de serviços públicos é necessário ter acesso aos planos do Governo de modo a fazer o acompanhamento dos mesmos. Entretanto, as OCB afirmam existir sempre um entrave no processo, o que constitui uma violação de um dos direitos consagrados na Constituição da República, o direito à informação.

É neste sentido que o activista António de Sacramento, membro da Ocean Revolution, apela aos agentes públicos para cultivarem uma postura de transparência dentro das instituições públicas de modo a responder satisfatoriamente às questões que inquietam o povo.

As OCB enfatizaram ainda a falta de informação relativamente aos fundos alocados para responder ao impacto negativo da pandemia da COVID-19. O subsídio distribuído nas comunidades gerou muita polémica, pois os cidadãos não tinham informação sobre os critérios de selecção.

Outros problemas levantados têm que ver com

¹ São cartões de pontuação que permitem que as comunidades ou grupos específicos identifiquem indicadores de qualidade e desempenho.

² São avaliações quantitativas baseadas em pesquisas de serviços baseados no feedback do usuário e não em opiniões e percepções.

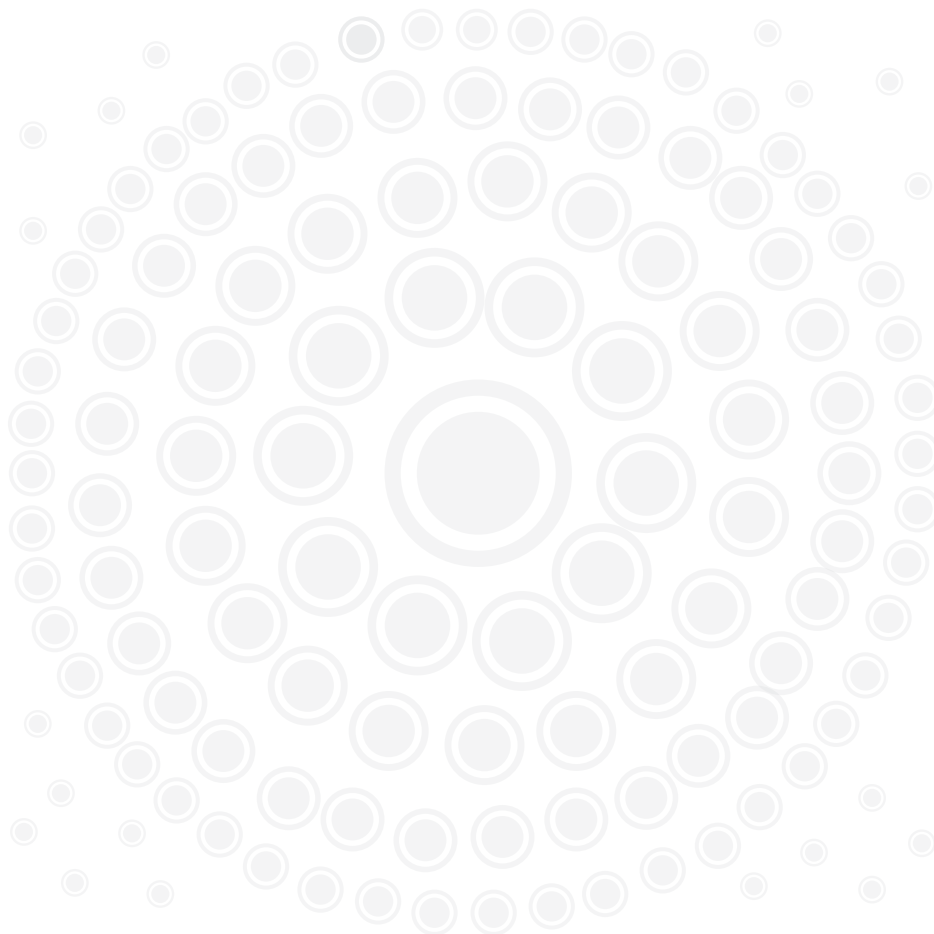


o facto de ter havido exclusão de pessoas sem nenhuma justificação, e de ter sido distribuído um valor de três (3) mil meticais por cada beneficiário, contra os nove (9) mil meticais anunciados. Esta situação suscitou uma percepção de ter havido um possível desvio na alocação dos fundos destinados a satisfazer as necessidades da população.

Portanto, com a formação em práticas e ferramentas de monitoria da governação e de serviços públicos foi possível despertar maior aten-

ção dos cidadãos relativamente a estratégias de monitoria que servirão de instrumentos de advocacia para influenciar as políticas públicas.

Na formação em Inhambane, o CDD esteve representado pelos investigadores Dimas Sinoia e Filza Rajá e pelo Director Executivo do CDD, Prof. Adriano Nuvunga, que reiteraram o compromisso da organização em dedicar-se ao processo de mobilização social e divulgação dos direitos dos cidadãos para a promoção da boa governação dos recursos públicos.



Membros do FMO



Contactos

CDD: Organização hospedeira	FMO
<p>Editor: Prof. Adriano Nuvunga Autor: Filza Rajá</p> <p>📍 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo ☎️ +258 21 085 797 ✉️ info@cddmoz.org 🌐 www.cddmoz.org 🐦 @CDD_Moz 📺 @CDDMoz 📷 @CDD_Moz</p>	<p>🌐 www.fmo.org.mz ✉️ fmomozambique@gmail.com 📺 FMO.Mozambique 🐦 @FMO_Moz 📺 Youtube</p>